

ESTÁGIO DOCÊNCIA ORIENTADA EM PSICOLOGIA: A INSERÇÃO DE TEMAS FEMINISTAS¹

Eixo Temático 17: Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação Docente

Larissa Goya Pierry²
Daniela Porto Giacomelli³
Ana Júlia Vicentini⁴
Ana Carolina Tambara⁵
Adriane Roso⁶

RESUMO

Trata-se de um Relato de Experiência que busca problematizar a formação docente em Psicologia no que diz respeito a temas como gênero, sexualidade, raça e classe. O campo de ação é a disciplina “Estágio Docência Orientada”, que faz parte de um curso de pós-graduação stricto sensu em Psicologia. Uma das atividades da disciplina correspondeu a um curso de formação, no qual abordou-se os temas: direitos sexuais e reprodutivos, transfeminismo e mulheres migrantes. A partir disto, surgiu a inquietação sobre a ausência dessas discussões na graduação das autoras, o que influencia em sua atuação docente e profissional. Como aporte teórico deste relato apontaremos documentos que regem a prática profissional da Psicologia, a Psicologia Social Crítica e as Epistemologias Feministas.

Palavras-chave: Docência; Gênero; Raça; Sexualidade; Psicologia Social Crítica.

INTRODUÇÃO

O estágio em docência orientada no mestrado é a primeira experiência das pós-graduandas como docentes. Três das autoras deste trabalho estão nessa etapa e, após um percurso formativo ocupando a posição de estudantes de Psicologia, deparamo-nos com a situação de estar do outro lado, o que gerou reflexões. Assim, relataremos a experiência de formação docente a partir da realização de um curso de formação sobre temas emergentes no movimento feminista contemporâneo, o qual integrou as atividades da disciplina de “Estágio em Docência Orientada I”, no curso de mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGP/UFSM), no Rio Grande do Sul.

¹ Este estudo recebeu apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

² Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - RS, Bolsista CAPES. larissapierry@gmail.com;

³ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - RS, Bolsista CAPES. daniela.giacomelli@acad.ufsm.br;

⁴ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - RS. ana.vicentini@ufsm.br;

⁵ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - RS. ana.tambara@acad.ufsm.br;

⁶ Professora orientadora: Pós-Doutora, Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - RS. adriane.roso@ufsm.br.

Objetivamos problematizar e discutir a formação profissional e docente da(o) psicóloga(o) a partir das experiências do curso. Especificamente, traremos algumas articulações entre a Psicologia Social Crítica e as Epistemologias Feministas, com documentos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da UFSM que referenciam à formação docente e os temas feministas. Utilizaremos o relato de experiência como método por entender que é uma forma de conferir legitimidade e valor de cientificidade a criações realizadas a partir de vivências subjetivas.

De acordo com o aporte teórico, a Psicologia Social Crítica, procuramos compreender e olhar para aquilo que é implícito e explícito, refletindo a partir de questionamentos sobre nossa realidade, a fim de tensionar saberes e posições hegemônicas (GUARESCHI, 2005). Do mesmo modo, as epistemologias feministas realizam uma crítica sobre a suposta neutralidade do conhecimento científico e à separação entre sujeito e objeto, ressaltando que todo conhecimento é situado e que a pesquisadora fala a partir de algum lugar, localizado social e historicamente (HARAWAY, 2009). Somente assim “podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (p. 21).

A justificativa deste trabalho coaduna com o Eixo Temático escolhido “Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade na Formação Docente”, o qual tem como centralidade os processos envolvidos na formação docente e nos estudos feministas de perspectiva interseccional, com vistas a produzir práticas críticas de docência que levem em consideração temáticas de gênero, sexualidade, raça e classe. Considerando o cenário político atual de ataques ao ensino superior, apostamos em um estudo com enfoque nas experiências de ensino e formação em meio a esse contexto, bem como na importância dos estudos feministas e interseccionais na formação da(o) profissional psicóloga(o), enquanto forma de resistência. Ademais, vemos a universidade enquanto um espaço permeado por diferenças e singularidades. Portanto, para compreender de forma crítica o seu entorno, se torna fundamental que a(o) estudante e docente de psicologia tenham contato com questões interseccionais em sua formação.

Conforme Pimenta e Anastasiou (2012), a docência está além da ideia simplista de passar teorias às(aos) estudantes ou vê-las(os) como depositárias(os) de conteúdo(s). Educar está relacionado ao ato de inspirar, tornar a esperança possível, apoiar, escutar e reconhecer a realidade. Apesar de existirem diferentes feminismos, todos de algum modo nos ajudam a pensar sobre gênero e interseccionalidades. Consideramos que esses conteúdos emergentes demandam certa emergência em sua inserção em cursos de Psicologia, a nível de graduação e pós-graduação.

Iniciaremos abordando a ausência de temáticas interseccionais, como gênero, sexualidade, raça e classe dentro dos currículos da graduação em Psicologia da UFSM. Após, realizaremos uma discussão a partir do Relato de Experiência das autoras ao ministrar o curso de formação.

METODOLOGIA

Utilizamos o Relato de Experiência enquanto uma forma de criação de “narrativa científica” (DALTRO e FARIA, 2019, p. 224), atentando para construção de pontos de abertura e adotando uma postura crítica diante do tema em questão. Com isso, vamos na contramão de estudos positivistas que almejam uma generalização dos resultados e minimizam a importância de métodos qualitativos.

A experiência abordada aqui se refere às primeiras práticas docentes das três autoras mestrandas psicólogas do PPGP/UFSM. No programa, a docência é iniciada na disciplina “Estágio em Docência Orientada I”. Numa das atividades da disciplina, sob supervisão da orientadora, ministramos o curso de formação intitulado “Pensamentos Feministas: Temáticas Emergentes” em fevereiro de 2022, objetivando apresentar introdutoriamente temas relacionados aos feminismos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro dia do curso, o tema foi “Direitos Sexuais e Reprodutivos” (DSR), no segundo, “Transfeminismos” e no terceiro, “Mulheres Migrantes”. Em função da Universidade ainda estar em suspensão das atividades presenciais pela pandemia do novo coronavírus, os encontros foram realizados online. Abriram-se 25 vagas para estudantes interessadas(os) da comunidade universitária, nos três dias participaram 16 pessoas, sendo 10 estudantes de graduação e 6 estudantes de pós-graduação. A maioria dos participantes correspondia à área da Psicologia.

O primeiro encontro buscou provocar reflexões e questionamentos sobre DSR das mulheres e seu lugar na construção desses direitos, através da exposição de conceitos articulados com o debate dos direitos das mulheres e os feminismos. O segundo, mostrou conceitos relacionados ao Transfeminismo, como Identidade de Gênero, Interseccionalidade, Cisgeneridade, Autodeterminação de Gênero e Despatologização, construindo uma reflexão crítica sobre questões das trans*⁷ identidades no Brasil hoje. Para o terceiro encontro

⁷ Conforme a sugestão de Leticia Nascimento (2021), utilizamos o asterisco junto ao termo “trans”, entendendo que, assim, contempla-se uma série de identidades não-cisgêneras, respeitando a autodeterminação de gênero.

propôs-se reflexões sobre a realidade de mulheres que migram, mostrando os diversos modos de ser mulher, nacionais ou estrangeiras, atentando para vulnerabilidades e outros olhares.

Nos encontros de planejamento e a posteriori, compartilhamos ansiedades e inquietações a respeito de ocupar o papel de docente pela primeira vez e, principalmente, das dificuldades em falar sobre temas que não fizeram parte de nossas formações, mas que buscamos trabalhar em nossas dissertações de mestrado.

O Código de Ética profissional da(o) psicóloga(o) tem como um dos princípios fundamentais o “respeito e a promoção de liberdade, dignidade, igualdade e integridade do ser humano”, considerando a responsabilidade social do trabalho profissional, que atuará junto a sujeitos e coletividades inseridas em contextos complexos em que incidem categorias interseccionais como gênero, raça, classe, idade etc. Ademais, consta como um princípio fundamental a “análise crítica e histórica da realidade política, econômica, social e cultural”, bem como a consideração de “relações de poder [...] e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código” (CFP, 2005, p. 7), princípio bem observado pela Psicologia Social Crítica.

Outras resoluções do CFP que abordam questões interseccionais, são a Resolução nº 1/1999 (CFP, 1999) que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação a questões de orientação sexual, a Resolução nº 18/2002 (CFP, 2002), que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação a preconceito e discriminação racial, a Resolução nº 1/2018 (CFP, 2018), que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação às pessoas transexuais e travestis, e a Resolução nº 8/2020 (CFP, 2020), que estabelece normas do exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero. Recentemente, foi publicada a Resolução nº 8/2022 (CFP, 2022), que referencia normas de atuação para profissionais da Psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.

Sobre a estrutura curricular atual da Graduação em Psicologia da UFSM, vigente desde 2009, em 10 semestres, não há nenhuma disciplina obrigatória que envolva, em seu título, questões de gênero, sexualidade, raça ou classe. Atualmente, existem apenas duas disciplinas optativas que abordam os temas: “Representações Sociais, Direitos Sexuais e Reprodutivos e Cinema” e “Teorias Feministas e de Gênero”, mas ambas não fazem parte do currículo obrigatório, e não são oferecidas regularmente.

No currículo da pós-graduação, a nível de Mestrado, com grade curricular atualizada em 2016, não há disciplina obrigatória referente ao campo das interseccionalidades. Apenas a



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

disciplina optativa de “Tópicos em Relações de Poder e (Ciber)Mídia I” possui em sua ementa autoras feministas, ministrada pela professora orientadora deste trabalho.

A graduação das autoras se deu em tempos diferentes (1985-1991, 2007-2012, 2011-2016, 2016-2021, 2020-2025) que, com exceção da orientadora, foram ou são alunas da UFSM. Compreendemos que temas feministas e o estudo das interseccionalidades tomaram forma no decorrer deste intervalo temporal, se estruturando e popularizando. Porém, percebemos que, em nossas formações, foram temas pouco abordados como parte da realidade da profissão de psicóloga(o).

Discussões sobre gênero, sexualidade, raça e classe, ao emergirem na sociedade, deveriam perpassar a formação das(os) profissionais e docentes em Psicologia, já que se está em contato com o processo dialógico e relacional da aprendizagem (FREIRE, 1987). Seria possível questionar, inclusive, o papel da universidade, sendo que a própria omissão como desenvolvedora e divulgadora da ciência pode contribuir para que se espalhem conceitos falsos e se disseminem preconceitos na sociedade.

Pensando a docência, partimos do pressuposto de que o conhecimento é construído em conjunto e horizontalmente, nenhuma aluna(o) é uma tábula rasa e o(a) professor(a) não é detentor(a) de todo saber. Assim, as aulas do curso foram construídas a partir do diálogo aberto entre ministrantes e participantes. Diante das participações, percebemos que uma parcela das(os) inscritas(os) havia se interessado pelo curso justamente por já estarem inseridas(os) no universo desses temas, o que foi positivo. Porém, poderíamos pensar sobre os motivos da não participação de um maior número de pessoas que não tem aproximação aos tópicos abordados.

Precisamos pensar sobre o motivo pelo qual esses temas surgem com dificuldades e o porquê de raramente aparecerem nas grades curriculares obrigatórias dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia. Questionamo-nos, conforme a Psicologia Social Crítica, se isso aponta para algo que está implícito. Será que se esses assuntos fossem abordados com mais critério haveria mais pessoas interessadas em aprofundar os conhecimentos e adensar as discussões a fim de questionar relações desiguais e injustas pautadas na (re)produção de violências? A quem interessa manter esses temas invisíveis?

Percebeu-se o ponto de vista das(os) participantes do curso indo ao encontro de nossas reflexões. Seus comentários foram sobre a importância da discussão desses temas invisibilizados nos processos de graduação/pós-graduação e de se tornar psicóloga(o) e docente em psicologia. Ser ouvinte em cursos que fomentem a discussão de temas emergentes

foi descrito como essencial para a formação do discurso crítico da(o) aluna(o) ao provocar reflexões que vão além do que é visto em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apontar algumas fragilidades que percebemos enquanto estudantes de pós-graduação e futuras docentes, e estudante de graduação no curso de Psicologia da UFSM, no tocante a questões feministas interseccionais. A partir da experiência das autoras mestradas no Estágio de Docência Orientada, ao propor um curso acerca das temáticas citadas, percebeu-se a importância de levar esses debates emergentes do movimento feminista para dentro dos espaços de formação em Psicologia, já que dizem respeito a questões que dão notícias sobre o contemporâneo.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 1/1999**, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, 1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.

_____. **Resolução nº 18/2002**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial, 2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>. Acesso em: 30 mai. 2022.

_____. **Resolução nº 10/2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

_____. **Resolução nº1/2018**. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e para os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

_____. **Resolução nº 8/2020**. Estabelece normas de exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero, 2020. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-082020.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

_____. **Resolução nº 8/2022**. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

não

monossexuais,

2022.

Disponível

em:

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-CFP-008-2022-05-17.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de Experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n.1, p. 223-237, jan.-abr. 2019.

FREIRE, Paulo. A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 05, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 21 mai. 2022.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica: como Prática de Libertação**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. 138 p.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. Coleção Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo (Eds.). **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez. p. 35-92.